



Data: 21.11.2013

Título: "Na floresta pode existir acordo político de longo prazo"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5


clipping
consultores

Entrevista

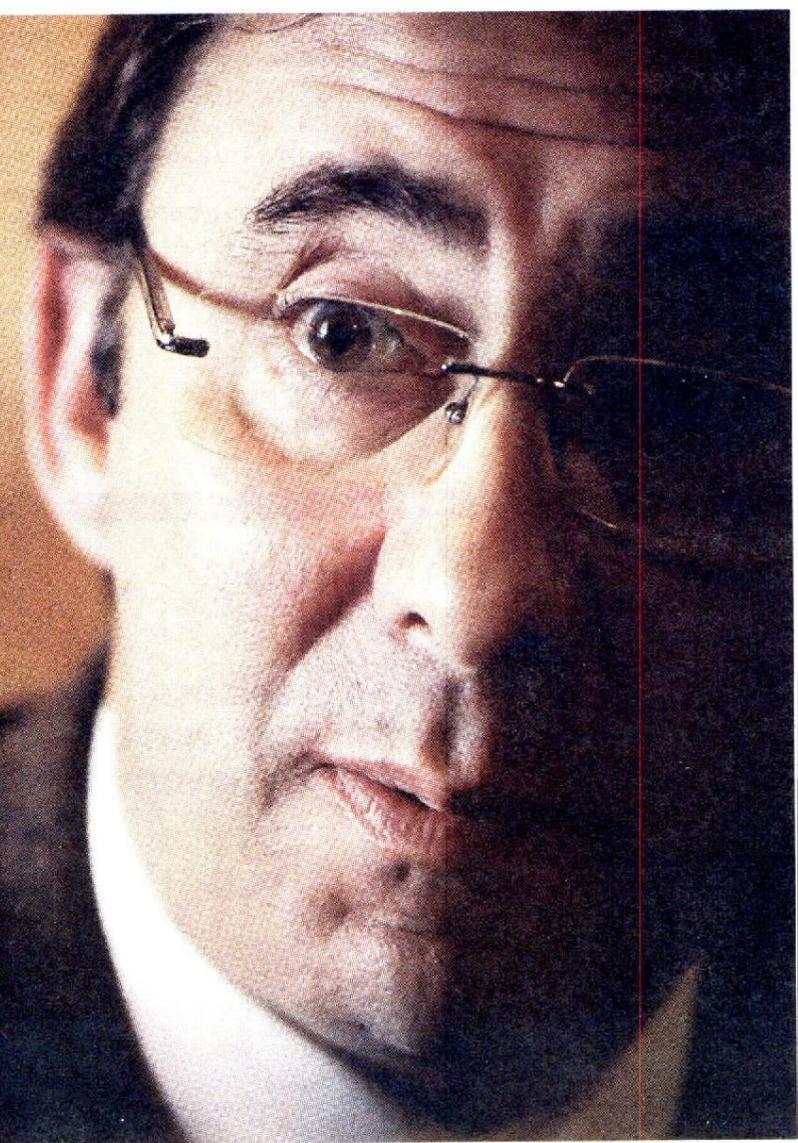
Francisco Gomes da Silva

Governo quer acordo com PS para a floresta

● “Vamos retirar a política partidária da floresta”, diz secretário de Estado

Primeira Linha 4 a 7

“É importante adequar o regime fiscal em sede de IRC e IRS ao ritmo florestal”, sublinha, em entrevista.



Área: 1677cm² / 60%

FOTO Titragem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 4678183



Data: 21.11.2013

Titulo: "Na floresta pode existir acordo político de longo prazo"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5



FRANCISCO GOMES DA SILVA, SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

“Na floresta pode existir acordo político de longo prazo”

O secretário de Estado das Florestas quer que a política partidária deixe de prejudicar o desenvolvimento do sector. E o Governo, afirma, estaria a fazer um mau serviço ao País se não revertesse áreas abandonadas para a produção

ISABEL AVEIRO E MARIA JOÃO BABO

O secretário de Estado das Florestas acredita que sem aumentar área é possível aumentar a produção em 20% a 25%. Para Francisco Gomes da Silva, “a floresta pode vir a ser determinante para a economia”.

Em que sentido será actualizada a Estratégia Nacional para as Florestas até 2020?

Devia ser até 2050... A questão é como fazemos com que o ciclo político não continue a causar problemas ao desenvolvimento da floresta. Têm sido feitas coisas, até nos governos anteriores, que hoje permitem que na floresta em particular exista um acordo dos actores políticos de longo prazo.

Quer retirar a política da floresta?

Exactamente. Vamos retirar a política partidária, eleitoral, da floresta. Temos condições para isso.

Com estes partidos políticos?

Com os dois partidos que suportam o Governo e com o PS. Na Estratégia o que fizemos foi encomendar um trabalho externo de avaliação in-

dependente, para que não fosse feito pelo Governo.

Espera consensos?

O sector florestal é um dos poucos sectores na sociedade portuguesa que é passível de um acordo político de base alargada. E tanta falta faz ao nosso país nos dias que correm que estes consensos possam ir sendo construídos em diversos níveis. Digo isso sem qualquer compromisso, mas gostaria que a Estratégia pudesse representar um acordo político alargado – o primeiro – entre os partidos. Mas um acordo alargado tem de ir mais longe, de apontar metas a atingir e meios a afectar, com os instrumentos que quer o actual, quer próximos governos possam vir a pôr à disposição do sector.

Na avaliação à implementação da Estratégia, entre as sugestões apontadas, é referida a criação de instrumentos de capital de risco e de natureza fiscal. Há condições para isso?

Faz sentido, há condições e as que não existem temos de as criar.

Instrumentos de natureza fiscal não le-

vantam do outro lado do Terreiro do Paço...

...alguma alergia? Há matérias de fiscalidade florestal que sem as quais será difícil fazer desaparecer factores de risco que depois tornam difícil a existência de instrumentos de capital de risco. O problema em Portugal é a insuficiente dimensão da unidade de gestão florestal.

O problema não foi sanado com as ZIF (Zonas de Intervenção Florestal)?

O problema é que dentro de um elevado número de ZIF, muitas delas só existem no papel, não funcionam. Mas há algumas que estão a funcionar muitíssimo bem. As ZIF são um instrumento bom que compete ao Governo melhorar, através da alteração da legislação, que está praticamente concluída, no sentido de descomplicar todo o processo de formação das ZIF. Vamos conseguir que as entidades gestoras das ZIF, como se fossem administradores de condomínio, tenham mais poder sobre aquele território.

A propriedade não está em causa?

Nunca! Jamais! Este é um Governo que é de direita, se fosse este governo a pôr em causa a propriedade privada tínhamos aqui uma confusão armada. A propriedade é um direito muitíssimo respeitado por este Governo. Mas não é um só direito. Hoje é um dever. Uma crítica que se faz à forma como se gere o nosso território é que temos propriedade dita abandonada. O Estado é criticado por isso e bem.

É por isso que o Estado se prepara para

Area: 1677cm² / 60%

Tiragem: 16.981
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4678183



Data: 21.11.2013

Título: "Na floresta pode existir acordo político de longo prazo"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5


clipping
consultores

assumir a função dos privados na gestão de floresta sem dono conhecido?

O que é preciso ser inscrito na nossa ordem jurídica é qual é o procedimento que o Estado deve utilizar – transparente, respeitador da propriedade privada –, para saber o que tem e o que não tem dono. Enquanto se tenta saber quem é o proprietário, a entidade que gere o território tem de poder ter uma intervenção sobre os espaços. Não é para ficar com eles, porque o proprietário pode aparecer daí a uns anos e quando aparecer as contas fazem-se. A ZIF não vai certamente fazer ali um investimento quando não sabe de quem é, mas vai poder cuidar aspectos que são potenciadores de risco.

O objectivo é que toda a terra abandonada passe a ser área produtiva?

Desde que tenha condições para isso. Há áreas de mato que só podem ter mato, não têm potencial florestal nem agrícola. Mas há muitas áreas ditas abandonadas que têm potencial produtivo e estaremos a fazer um mau serviço ao País se não arranjarmos maneira de reverter essas terras para a produção.

Vão ser revistos os planos regionais de ordenamento florestal (PROF)?

Os PROF são o instrumento de política mais operacional em matéria florestal. Ao contrário de um PDM, o Governo estaria a fazer um enorme erro se delimitasse a plantação de espécies como um mapa. A floresta em Portugal é privada e as opções sobre o que se deve produzir devem ser do proprietário.

O Estado não deve ser também um regulador para a biodiversidade?

Ao nível regional, não parcela a parcela. Olhando para característi-

cas do solo, clima, relevo, ver o que nessa região são os objectivos do Estado para a floresta, em termos de tipo de povoamento. A primeira grande alteração é que de 21 PROF vamos passar a sete. Sete grandes regiões permitem um planeamento mais consistente, mas tem de haver metas e modelos de silvicultura.

Quando estará concluído?

A minha esperança é que até 2014. Após a aprovação da Estratégia, num ano os PROF podiam entrar em vigor com as novas metas. Tudo isto é importante para o acordo político sobre as florestas.

Com o novo regime de arborização e rearborização, os ambientalistas acusaram-no de querer "eucaliptizar" o País e os empresários lamentaram que não tivesse ido mais longe...

Com um bocadinho de sorte, a legislação é boa. É sem dúvida equilibrada. Mas este novo regime não é um instrumento de política florestal, é uma forma de desburocratizar e clarificar. Permite outra coisa: pela primeira vez, o País passará a saber, a cada momento, tudo o que existe sobre intenção de florestar ou licença para florestar. Ninguém está isento de comunicar ou de pedir licença.

O que é que em sua opinião a floresta pode fazer por Portugal?

A floresta pode vir a ser um sector determinante para a economia. Tem um contributo enorme para dar. Não tenho dúvida de que no volume de produção conseguiremos aumentar a produtividade (quantidade por hectare) em 20% a 25%. Temos potencial de aumento de produção sem aumentar áreas, apenas com realocação e substituindo povoamentos que já ultrapassaram a idade. O po-

tencial do aumento da produção só pela via tecnológica é grande. E há ainda aumentos de área que devem ser feitos para todas as espécies.

Gostaria que a
Estratégia
Nacional para as
Florestas pudesse
representar o
primeiro acordo
político alargado
entre os partidos.

A propriedade é
um direito
muitíssimo
respeitado por
este Governo. Mas
não é um só
direito. Hoje é um
dever.

Não tenho dúvida
nenhuma de que
conseguiremos
aumentar a
produtividade
(quantidade por
hectare) em
20% a 25%.

Área: 1677cm² / 60%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4678183



Data: 21.11.2013

Título: "Na floresta pode existir acordo político de longo prazo"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário


clipping
consultores

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5

“Pequeno conselho de ministros” dedicado à floresta



O Governo accionou pela primeira vez uma figura prevista na lei de bases da floresta, criando uma comissão interministerial para os assuntos da floresta. “Houve a percepção que as questões da floresta não são assunto de um ministro, há questões que têm que ver com finanças, ambiente, administração interna, economia ou educação”, explicou Francisco Gomes da Silva. De acordo com o secretário de Estado, “a floresta em Portugal é um assunto interministerial”. Este pequeno “conselho de ministros” permite, sublinhou, que “haja um fórum permanente de todas as pastas relevantes, disponíveis para facilitar a resolução das questões que se colocam em matéria florestal”. Para Francisco Gomes da Silva, “é um sinal para o sector – produtores, indústria – de que o Governo reconhece a importância desta matéria. No âmbito dessa comissão, houve já uma reunião entre os ministros.



PERFIL

UMA PÁGINA COM OS PROBLEMAS E AS SOLUÇÕES

É numa única página, que o “acompanha e inspira”, que Francisco Gomes da Silva resume os problemas da floresta e as ideias que tem para a sua resolução. Nascido em 1963 em Lisboa, o actual secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural tem uma vida dedicada à actividade. Licenciou-se em Engenharia Agronómica em 1987 no Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde também se doutorou em Agronomia em 1998. Professor no Instituto Superior de Agronomia

foi, desde 2011 e até entrar para o Governo, assessor da ministra da Agricultura, Assunção Cristas. Filho de Fernando Gomes da Silva, ministro da Agricultura entre 1995 e 1998 (governo de António Guterres), o actual responsável pelas florestas e desenvolvimento rural passou por várias sociedades ligadas ao sector. Foi coordenador de projectos da Agrogés, Sociedade de Estudos e Projectos, administrador da Agromais Plus, director agrícola da DAI, membro do conselho de gestão da Casa Agrícola da Quinta da Foz e administrador da Sociedade Agrícola do Faiel.

Área: 1677cm² / 60%

FOTO Tiragem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 4678183



Data: 21.11.2013

Título: "Na floresta pode existir acordo político de longo prazo"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5



“É importante adequar o regime fiscal em sede de IRC e IRS ao ritmo florestal”

Finanças já mostraram estar receptivas, garante Gomes da Silva, que defende alterações também ao nível dos impostos sobre propriedade

O abandono de terras combate-se pela via fiscal?

Não posso, nos dias de hoje, ser um proprietário negligente porque isso significa retirar riqueza ao país e criar factores de risco adicionais nomeadamente fogos florestais. A fiscalidade é uma questão importante para resolver o problema base da floresta, que é a insuficiente dimensão da unidade de gestão. Há questões fiscais a trabalhar, nomeadamente ao nível de impostos sobre a propriedade, IMI e o IMT.

Através da discriminação positiva?

Sim. Ter algum benefício deve ser visto como um prémio. Ao dar um prémio eu estou a realçar os bons exemplos a serem seguidos.

É oportuno mexer na fiscalidade?

Hoje não é, mas esta não é uma matéria que se resolva de um dia para o outro. O programa de intervenção está a caminho do fim. Foram já estabelecidos contactos entre o Ministério da Agricultura e as Finanças e a revisão do IMI está em cima da mesa. Mas em matéria fiscal há outro domínio a trabalhar,

relacionado com as características do investimento florestal. Além de ser de longo prazo, aqui o investimento e despesa estão concentrados nos primeiros anos e a receita só surge lá para a frente.

O que há a fazer?

O regime fiscal em sede de IRC e IRS não está adequado, não encarna esta situação. Dos contactos que já houve com o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais há completa abertura para pegar nestas questões e fazer a adequação ao ritmo florestal, ao perfil do investimento e do rendimento gerado pela floresta.

Não retira receita ao Estado?

Não, não retira. Redistribui esta receita, mas essencialmente, como é bom para a floresta, vai fazer com que se produza mais, o que dá mais matéria colectável.

Há condições para que o Orçamento do Estado (OE) para 2015 já contemple essa adequação?

Não sei dizer. Tenho claramente a esperança que possa ser possível daqui a um ano estarmos a fa-

lar de um conjunto de questões com impacto na economia melhores do que aquelas que hoje são possíveis. Se tenho a certeza? Vamos esperar para ver. Avançará certamente antes das alterações ao IMI, que terá uma maturação mais tardia, independentemente de alguma intervenção cirúrgica que possa ser feita e que ajude pontualmente.

A fiscalidade é uma questão importante para resolver o problema de base da floresta.
[Adequação fiscal] não retira receita ao Estado. Redistribui essa receita.